



DE 10 A 14 NOVEMBRO DE 2014

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projecto de Lei 685/XII](#)

Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, eliminando a possibilidade de julgamentos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos

Autoria PS

[Proposta de Lei 260/XII](#)

Transpõe parcialmente as Directivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento colectivo, e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e ao Código dos Valores Mobiliários

Autoria Governo

[Proposta de Lei 261/XII](#)

Assegura a execução ao Regulamento (CE) n.º 2368/2002, do Conselho, de 20 de Dezembro de 2002, relativo à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto

Autoria Governo

[Proposta de Lei 262/XII](#)

Transpõe parcialmente as Directivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 345/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Abril de 2013, e do Regulamento (UE) n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Abril de 2013, e procede à revisão do regime aplicável ao exercício da actividade de investimento em capital de risco

Autoria Governo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL

[Decreto Regulamentar n.º 6/2014 - Diário da República n.º 217/2014, Série I de 2014-11-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração ao [Decreto Regulamentar n.º 2/2012](#), de 16 de Janeiro, que aprova a orgânica da Direcção-Geral das Autarquias Locais, aditando atribuições resultantes de novas responsabilidades cometidas a este serviço

AMA – PROFISSÃO

[Lei n.º 76/2014 - Diário da República n.º 218/2014, Série I de 2014-11-11](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a definir os termos e as condições para o acesso à profissão de ama e o exercício da respectiva actividade

AMBIENTE

[Aviso n.º 103/2014 - Diário da República n.º 217/2014, Série I de 2014-11-10](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Protecção do Meio Ambiente, adoptado em Madrid, em 4 de Outubro de 1991

AUDIÇÃO PÚBLICA – PROCESSO PARLAMENTAR

[Resolução da Assembleia da República n.º 94/2014 - Diário da República n.º 219/2014, Série I de 2014-11-12](#)

Assembleia da República

Desencadear um processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento

DESPORTO

[Portaria n.º 232/2014 - Diário da República n.º 220/2014, Série I de 2014-11-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Primeira alteração à [Portaria n.º 11/2013](#), de 11 de Janeiro, que determina que as acções de controlo de dopagem têm por objecto as modalidades desportivas constituídas no âmbito das federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, bem como todos os praticantes desportivos

EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 949-A/2014 - Diário da República n.º 218/2014, 1º Suplemento, Série II de 2014-11-1158849154](#)

Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ensino Básico e Secundário

Regulamenta o apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência às Associações e Cooperativas de Ensino Especial sem fins lucrativos e às instituições Particulares de Solidariedade Social no âmbito dos contratos de cooperação, referentes ao ano lectivo 2014-2015, a outorgar com as entidades que constam do anexo à presente Portaria de Extensão de Encargos que compreende subsídios para os encargos com os vencimentos do pessoal, bem como participação nas despesas de funcionamento subsídios para alimentação, transporte e material didáctico e escolar aos alunos

[Portaria n.º 953-A/2014 - Diário da República n.º 219/2014, 2º Suplemento, Série II de 2014-11-1258872940](#)

Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ensino Básico e Secundário

Determina o apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência às Associações e Cooperativas de Ensino Especial sem fins lucrativos e às instituições Particulares de Solidariedade Social no âmbito dos contratos de cooperação, referentes ao ano lectivo 2013-2014

ENERGIA

[Decreto-Lei n.º 172/2014 - Diário da República n.º 221/2014, Série I de 2014-11-14](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 138-A/2010](#), de 28 de Dezembro, que cria a tarifa social de fornecimento de energia eléctrica, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 102/2011](#), de 30 de Setembro, que cria o apoio social extraordinário ao consumidor de energia

Publicidade do depósito do instrumento de vinculação ao Estatuto da Agência Internacional das Energias Renováveis (IRENA), adoptado em Bona, na Alemanha, em 26 de Janeiro de 2009

Bahamas - [Aviso n.º 105/2014 - Diário da República n.º 218/2014, Série I de 2014-11-11](#)

República da Indonésia - [Aviso n.º 106/2014 - Diário da República n.º 218/2014, Série I de 2014-11-11](#)

Reino Hachemita da Jordânia - [Aviso n.º 107/2014 - Diário da República n.º 218/2014, Série I de 2014-11-11](#)

Barbados - [Aviso n.º 108/2014 - Diário da República n.º 219/2014, Série I de 2014-11-12](#)

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de Estabilidade Financeira – Novembro 2014](#)

[Boletim Mensal do BCE - Novembro \(Editorial\)](#)

Cartas- Circulares

[12/2014/DET](#) - Estabelece as condições de troca de notas denominadas litas lituano por notas e moedas de euro, a partir de 01-01-2015, data da introdução do euro na Lituânia.

[8/2014/DMR](#) - Informa sobre as novas datas-limite de notificação do montante de reservas mínimas (reporte trimestral), bem como o calendário dos períodos de manutenção para o ano 2015 (incluindo o último período de 2014).

[9/2014/DMR](#) - Informa sobre as novas datas-limite de notificação do montante de reservas mínimas (reporte mensal), bem como o calendário dos períodos da manutenção para o ano 2015 (incluindo o último período de 2014).

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Comunicados das Reuniões do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de 5 de agosto e 15 de Setembro de 2014](#)

[ESMA coloca em consulta pública documento sobre a Revisão das normas técnicas de obrigação de comunicação nos termos de Artigo 9 do EMIR](#)

[Indicadores de Síntese dos Organismos de Investimento Colectivo e dos Fundos de Investimento Alternativo - Outubro 2014](#)

[Indicadores de Síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - Outubro 2014](#)

 **FISCAL**

[Decreto do Presidente da República n.º 101/2014 - Diário da República n.º 219/2014, Série I de 2014-11-12](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e Barbados para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Londres, em 22 de Outubro de 2010

[Resolução da Assembleia da República n.º 91/2014 - Diário da República n.º 219/2014, Série I de 2014-11-12](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e Barbados para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Londres, a 22 de Outubro de 2010

[Decreto do Presidente da República n.º 102/2014 - Diário da República n.º 219/2014, Série I de 2014-11-12](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Senegal para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 13 de Junho de 2014

[Resolução da Assembleia da República n.º 92/2014 - Diário da República n.º 219/2014, Série I de 2014-11-12](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Senegal para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 13 de Junho de 2014

[Decreto do Presidente da República n.º 103/2014 - Diário da República n.º 220/2014, Série I de 2014-11-13](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República de São Marino para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em São Marino em 18 de Novembro de 2010

[Resolução da Assembleia da República n.º 95/2014 - Diário da República n.º 220/2014, Série I de 2014-11-13](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de São Marino para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em São Marino em 18 de Novembro de 2010

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto do Presidente da República n.º 104/2014 - Diário da República n.º 220/2014, Série I de 2014-11-13](#)

Presidência da República

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Adis Abeba, a 25 de Maio de 2013

[Resolução da Assembleia da República n.º 96/2014 - Diário da República n.º 220/2014, Série I de 2014-11-13](#)

Assembleia da República

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Adis Abeba, a 25 de Maio de 2013

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício – Circulado n.º 15309/2014 de 2014-11-10](#) - Exportação por entidades não residentes em Portugal.



NATO

[Aviso n.º 110/2014 - Diário da República n.º 221/2014, Série I de 2014-11-14](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram cumpridas as formalidades internas de aprovação do Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General, Comandante Supremo Aliado para a Transformação, assinado em Bruxelas, no dia 3 de Dezembro de 2013



PENAL

[Ordem de Serviço PGR N.º 8/2014 - Relatório Anual do Ministério Público – Novos Modelos de Relatório e de Mapas](#)

[Nota para a Comunicação Social](#) PGR - Vistos Gold

[Nota para a Comunicação Social](#) PGR - Diligências realizadas no âmbito do inquérito relacionado com a atribuição de vistos Gold



PROCESSO CIVIL

[Portaria n.º 233/2014 - Diário da República n.º 221/2014, Série I de 2014-11-14](#)

Ministério da Justiça

Regulamenta o procedimento extrajudicial pré-executivo e procede à primeira alteração à [Portaria n.º 282/2013](#), de 29 de agosto, que regulamentou vários aspectos das acções executivas cíveis

SAÚDE

[Portaria n.º 231-A/2014 - Diário da República n.º 219/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-11-12](#)

Ministério da Saúde

Estabelece os países de referência a considerar em 2015 para a autorização dos preços dos novos medicamentos, bem como para efeitos de revisão anual de preços dos medicamentos do mercado hospitalar e do mercado de ambulatório

[Despacho n.º 13779-A/2014 - Diário da República n.º 219/2014, 2º Suplemento, Série II de 2014-11-12](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Define procedimentos inerentes à formação profissional no Serviço Nacional de Saúde (SNS) por parte de profissionais de saúde provenientes de países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), detentores de qualificações de nível superior

TERCEIRO SECTOR

[Decreto-Lei n.º 172-A/2014 - Diário da República n.º 221/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-11-14](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Procede à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 119/83](#), de 25 de Fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES

[Lei n.º 77/2014 - Diário da República n.º 218/2014, Série I de 2014-11-11](#)

Assembleia da República

Procede à vigésima primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 15/93](#), de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetonitrilo à tabela anexa v

[Lei n.º 78/2014 - Diário da República n.º 218/2014, Série I de 2014-11-11](#)

Assembleia da República

Aprova o regime jurídico específico aplicável ao Centro de Análise e Operações Marítimas - Narcóticos, estabelecido por Acordo aprovado pela [Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009](#), de 2 de Fevereiro, nomeadamente no que respeita às prerrogativas atribuídas às instalações em território português

URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

[Declaração de Rectificação n.º 46-A/2014 - Diário da República n.º 217/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-11-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica o [Decreto-Lei n.º 136/2014](#), de 9 de Setembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à décima terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 555/99](#), de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 173, de 9 de Setembro de 2014

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

[Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos](#)

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento Delegado (UE) n.º 1222/2014 da Comissão, de 8 de Outubro de 2014, que completa a Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito [às normas técnicas de regulamentação que determinam a metodologia de identificação das instituições de importância sistémica global e de definição das subcategorias de instituições de importância sistémica global](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

[Parecer da Comissão, de 14 de Novembro de 2014, sobre o projecto de regulamento do Banco Central Europeu relativo às estatísticas dos mercados monetários](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Portugal: Pagamento final no âmbito do programa de assistência financeira da EU](#)

Consulta pública

[Disponibilidade de seguro de crédito à exportação a curto prazo para as exportações para a Grécia](#)

13.11.2014 – 28.11.2014

PARLAMENTO EUROPEU

[PE aprova Acordo de Associação UE-Moldávia e critica acções da Rússia](#)

O Parlamento Europeu deu hoje luz verde ao Acordo de Associação entre a UE e a Moldávia, que visa aprofundar as relações comerciais, económicas e políticas entre as partes e que segue o modelo do acordo entre a UE e a Ucrânia, aprovado pelo PE a 16 de Setembro. Os eurodeputados aprovaram, em paralelo, uma resolução da comissão parlamentar dos Assuntos Externos que aborda a questão da Transístria e as acções desestabilizadoras da Rússia. A Moldávia tem eleições legislativas no dia 30 deste mês.

[Passagem ao digital: mais produtividade e novos empregos](#)

As novas tecnologias vão mudar a forma como trabalhamos, compramos e nos divertimos. A criação de um mercado digital poderia ajudar a estimular o sector tecnológico europeu e a criar mais emprego. Deputados e especialistas debateram o tema durante um seminário organizado pela Comissão do Mercado Interno a 13 de Novembro.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A., através da privatização do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.
- Regime de acesso e de exercício de diversas actividades de comércio, serviços e restauração e estabeleceu o respectivo regime contraordenacional.
- Alteração ao regime jurídico da instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, visando prolongar a validade das autorizações para a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais.
- Proposta de lei que procede à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento colectivo e à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Código dos Valores Mobiliários, sendo aprovado o Regime Geral dos Organismos de Investimento Colectivo (Regime Geral).
- Proposta de lei que, transpondo duas directivas da União Europeia, procede à revisão do regime aplicável ao exercício da actividade de investimento em capital de risco, aprovando um novo regime jurídico que inclui a actividade de investimento em empreendedorismo social e de investimento especializado, designando-o por Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado.
- Proposta de lei que altera o Código de Processo Penal visando a sua harmonização com o Código de Processo Civil em matéria de prazos para a prática dos actos processuais e sua ultrapassagem pelos juízes, bem como a clarificação dos poderes do juiz no que tange à admissão da ultrapassagem do limite máximo do número de testemunhas.
- Proposta de lei que dá execução a um Regulamento da União Europeia relativo à aplicação do sistema de certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto.
- Harmonização dos Estatutos das Unidades Locais de Saúde, E.P.E., que ficam sujeitas ao regime aplicado aos hospitais E.P.E., utilizando-se subsidiariamente o regime jurídico do sector público empresarial.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012